

PROJETO DE LEI № 038/2025 02 DE JUNHO DE AUTORIA DO VEREADOR GABRIEL PEREIRA LOPES-MDB.

DISPÕE SOBRE O DIREITO DAS GESTANTES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS À CESARIANA ELETIVA A PARTIR DA 39ª SEMANA DE GESTAÇÃO E AO USO DE ANALGESIA DURANTE O PARTO NORMAL, MEDIANTE CONSENTIMENTO INFORMADO.

LIDO EM: 23 / 06 2025

ENCAMINHADO À 3/06/2025 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO 23 p6/2025 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA SAÚDE

Redimos de Paula a pedido do audor em 23/06/2023

LEGISLATIVO - PROJETO





REDAÇÃO

Ano 2025				
Plenário das Deliberações				
Protocolo	X Projeto de Lei  Decreto do Legislativo			
N.º 075 , Liv.027 , Fls. 59 Em 06/06/2025.	<ul><li>□ Projeto de Resolução</li><li>□ Requerimento</li></ul>	N°. /2025		
às 09:59hs.	<ul><li>☐ Indicação</li><li>☐ Moção de</li><li>☐ Emenda</li></ul>			
Assinatura do Funcionário				

Autor: Vereador: Gabriel Pereira Lopes (Zé Gota)- MDB.

PROJETO DE LEI N. 038, de 2 de junho de 2025.

Dispõe sobre o direito das gestantes atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Barra do Garças à cesariana eletiva a partir da 39ª semana de gestação e ao uso de analgesia durante o parto normal, mediante consentimento informado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica garantido às gestantes atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Barra do Garças o direito de optar pela realização de cesariana eletiva a partir da 39ª (trigésima nona) semana de gestação, desde que não haja contraindicação médica fundamentada

- **Art. 2º** A escolha da gestante quanto ao tipo de parto deverá ser respeitada pela equipe médica e registrada formalmente em seu prontuário.
- Art. 3º A gestante deverá ser previamente informada, de forma clara e objetiva:
  - I sobre os benefícios do parto normal;
  - II sobre os riscos e possíveis complicações decorrentes da cesariana.

Parágrafo único. A decisão da gestante será formalizada mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, conforme disposto na Lei Federal nº 14.737, de 27 de novembro de 2023.





REDAÇÃO

**Art. 4º** Fica assegurado às gestantes o direito ao uso de analgesia durante o trabalho de parto normal, conforme avaliação médica e disponibilidade da unidade de saúde.

- **Art. 5º** A recusa da gestante em realizar o parto normal deverá ser respeitada, salvo em casos de risco iminente à sua vida ou à do nascituro, conforme avaliação médica devidamente justificada.
- **Art. 6º** O disposto nesta Lei deverá ser aplicado em consonância com a Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, que garante às gestantes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e com as diretrizes de humanização da assistência à gestante.
- **Art.** 7º Os profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento às gestantes deverão ser capacitados para garantir o cumprimento desta Lei, respeitando os direitos da parturiente e assegurando atendimento humanizado.
- **Art. 8º** O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará os responsáveis às penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, 2 de junho de 2025.

GABRIEL PEREIRA LOPÉS

Zé Gota) Vereador – MDB

Retirado de Pauta a pedido do autor.

Dia 23106 1

Cilma Balbino de Sousa Auxiliar Administrativo Portaria 13/1996





REDAÇÃO

#### **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Este Projeto de Lei visa assegurar às gestantes atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Barra do Garças o direito de escolher, de forma livre e informada, pela realização da cesariana eletiva a partir da 39ª semana de gestação, bem como garantir o acesso à analgesia durante o parto normal.

A medida busca evitar situações recorrentes em Mato Grosso, onde mulheres, especialmente jovens e adolescentes, são forçadas a submeter-se ao parto normal, muitas vezes resultando em complicações graves, inclusive na perda da vida do bebê ou da mãe. Casos recentes, como os ocorridos nos municípios de Sorriso, Rondonópolis e outros, evidenciam a necessidade urgente de garantir o direito de escolha e a segurança das gestantes.

O parto normal deve ocorrer quando existem condições adequadas para sua realização, sendo inadmissível a imposição de um procedimento que, em determinadas circunstâncias, pode representar risco à saúde da mulher e do nascituro.

Além disso, a proposta assegura o direito à analgesia no parto normal, proporcionando mais conforto e dignidade às parturientes, em consonância com as diretrizes de humanização do parto e nascimento, previstas em legislações federais, como a Lei do Acompanhante (Lei nº 11.108/2005) e a Lei do Consentimento Informado (Lei nº 14.737/2023).

Iniciativa semelhante já é realidade no Estado de São Paulo, demonstrando a viabilidade e a relevância desta política pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Vereadores desta Casa de Leis para a aprovação deste Projeto, que representa um avanço na garantia dos direitos das mulheres e na promoção de um atendimento humanizado e seguro no âmbito do SUS em nosso Município.

Câmara Municipal de Barra do Garças – MT, 2 de junho de 2025.

GABRIEL PEREIRA LOPES (Ze Gota) Vereador - MDB



ARQUIVO

#### CERTIDÃO

Em análise minuciosa à documentação disponível no SAPL e digitalizada, existente no Setor de Arquivo desta Casa Legislativa, certifico que não consta proposição que "Dispõe sobre o direito das gestantes atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Barra do Garças à cesariana eletiva a partir da 39ª semana de gestação e ao uso de analgesia durante o parto normal, mediante consentimento informado." Dessa forma, inexiste óbice para aprovação do Projeto de Lei n° 038, do vereador Gabriel Pereira Lopes (Zé Gota) de 02 de junho de 2025.

Barra do Garças-MT, 18 de junho de 2025.

RAMYZE UCHOA

DA

SILVA:00384155340

SILVA:00384155340

Assinado de forma digital por RAMYZE UCHOA

DA: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=FRB e-CPF A1,
ou=IEM BRANCO], ou=31394544000109,
ou=videoconferencia, cn=RAMYZE UCHOA DA

SILVA:00384155340

Dados: 2025.06.18 12:45:32 -03'00'

Ramyze Uchôa da Silva Portaria 061/2023 Arquivista





## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PARECER

Projeto de Lei nº 038/2025 de autoria da Vereadora GABRIEL PEREIRA LOPES-MDB.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, analisando o PROJETO DE LEI , em epigrafe, resolve exarar PARECER FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em	de	de 2025.
--	----	----------

Ver. GABRIEL PEREIRA LOPES
Presidente

Ver. JAIME RODRIGUES NETO Relator

Ver. HIAGO TELES ALVES Vogal





## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

#### PARECER

Projeto de Lei nº 038/2025 de autoria da Vereadora GABRIEL PEREIRA LOPES-MDB.

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE, analisando a PROJETO DE LEI , em epigrafe, resolve exarar PARECER FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em	de	de 2025
--	----	---------

Ver. Dr. PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR Presidente

Ver°. ADILSON TAVARES LOPES
Relator

Ver. Dr. FLORIZAN LUIZ ESTEVES Vogal





# **VOTAÇÃO**

PROJETO DE LEI № 038/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR GABRIEL PEREIRA LOPES-MDB

VEREADORES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ADILSON TAVARES LOPES	PODEMOS			
ALLANKLEY LOPES DE SOUZA	PODEMOS			
ALESSANDRO MATOS DO NASCIMENTO	PODEMOS			
ARMANDO ALVES BRITO	PMB		77	
BIANCA SOUSA DE FREITAS ALMEIDA	MDB			The House
ELTON MELO MARQUES	PODEMOS			
FLORIZAN LUIZ ESTEVES	PRD			
GABRIEL PEREIRA LOPES	MDB		100	
GERALMINO ALVES R. NETO	PMB			
HIAGO TELES ALVES	PL			14:14
JAIME RODRIGUES NETO	UB		10-12	
MARIA SILVANIA ARAÚJO RAMOS	MDB			
PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR	UB		4	
RONAIR DE JESUS NUNES	UB			
VALDEI LEITE GUIMARÃES	PRD			

Retirado de Pauta a

Pedido do autor.

Dia\_23 / 08 / 2025

Cilma Balbino de Sousa

Cilma Balbino de Sousa

Auxiliar Administrativo

Auxiliar Administrativo

Portaria 13/1996